

# AS DINÂMICAS DE COOPERAÇÃO MILITAR NO MAR DO SUL DA CHINA

Sérgio Luiz Cruz Aguilar<sup>1</sup>  
Renato Matheus Mendes Fakhoury<sup>2</sup>

## RESUMO

---

O Mar do Sul da China representa uma das mais importantes rotas comerciais do mundo contemporâneo além de possuir reservas de petróleo e gás. Embora todos os Estados que circundam o mar tenham alguma forma de reivindicação sobre ele, se destacam as disputas por dois complexos de ilhas. As Spratley, localizadas mais ao Sul, são reivindicadas pela China, Taiwan, Filipinas, Brunei, Malásia e Vietnã, enquanto que as Paracels, localizadas mais ao norte, são disputadas principalmente pela China e Vietnã. Além disso, sua importância geoestratégica leva países de fora da região a se envolver nas dinâmicas das disputas e de cooperação. Dessa forma, o artigo apresenta as dinâmicas de cooperação militar envolvidas no Mar do Sul da China, com base na hipótese de que, para aumentarem suas capacidades frente ao crescimento militar chinês, os países do sudeste asiático que reivindicam porções do Mar do Sul da China firmam acordos militares com outras potências.

**Palavras-chave:** Mar do Sul da China; Acordos Militares; Conflitos Internacionais; Direito do Mar.

---

<sup>1</sup> Doutor. Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo (SP), Brasil.  
E-mail: tcaguilar2012@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4757-4426>

<sup>2</sup> Doutorando. Universidade de Massachusetts (UMass), Lowell, EUA.  
E-mail: refakhoury@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O Mar do Sul da China é um mar marginal semifechado, parte do Oceano Pacífico e circundado ao norte pela China e Taiwan, ao leste pelas Filipinas, ao oeste pelo Vietnã e ao sul por Brunei, Indonésia e Malásia, com acesso pelo estreito de Málaca e pelo estreito de Taiwan. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), trata-se de um “um mar cercado por dois ou mais Estados ligados um a outro por um canal estreito” (ONU, 1982, p. 63). O Mar do Sul da China contém mais de 15 mil ilhas, atóis, cais, bancos de areia, recifes e baixios, em sua maioria inocupados. A maior parte das ilhas da região agrupam-se em três arquipélagos, Spratly, Paracel e Pratas. Além desses agrupamentos, tem também importância o Coral Scarborough e o Banco Macclesfield (WWF, 2002).

As Ilhas Spratly (*Nansha*, em mandarim) são, na verdade, um arquipélago que se estende pelas costas das Filipinas da Malásia e do Vietnã, ocupando uma área de 425 mil quilômetros quadrados, dos quais apenas 2 quilômetros quadrados encontram-se emersos (WWF, 2002). O mesmo se aplica às Paracel (*Xisha*, em mandarim), que incluem cerca de 130 ilhas de corais e recifes, distribuídos em uma área de aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados, praticamente equidistantes das costas da China e do Vietnã (CIA, 2018). As Pratas, por sua vez, constituem o menor dos arquipélagos da região, com três ilhas localizadas a 340 quilômetros a sudeste de Hong Kong. A maior estrutura das Spratly, Ilha Taiping (ou *Itu Aba*) é ocupada por Taiwan, as Paracel pela República Popular da China e as Pratas, por Taiwan, que as declarou um parque nacional.

Palco de importantes disputas marítimas que se originaram no findar da Segunda Guerra Mundial, o Mar do Sul da China é uma das mais importantes rotas comerciais do mundo. Além disso, sua formação geológica resultou em depósitos de petróleo e gás natural em seu leito.

Com o crescimento econômico asiático, aumentou a demanda por petróleo e gás natural. Apesar do tamanho das reservas naquele mar ainda serem imprecisas e a exploração ainda ser difícil por conta da existência de vales submarinos, forte correnteza e a ocorrência de tempestades tropicais e tufões que colocam em risco o material de escavação e as plataformas de produção (NAUMANN, 2017; EIA, 2013), na últimas décadas, aumentaram as reivindicações por suas porções, ou antigas reivindicações se tornaram mais

incisivas.

Mais da metade da frota mercante global passa anualmente pelos estreitos de Málaca, Sunda e Lombok, em sua maioria continuando caminho pelo Mar do Sul da China. Quase um terço do petróleo não refinado global e mais da metade da produção global de gás natural liquefeito também passam pelas águas da região (EIA, 2013). Em 2006, estimou-se que 15% do total mundial embarcações de arqueação bruta passaram pelo estreito de Málaca (EIA, 2013). Uma estimativa em 2010, apontou que US\$ 2.8 trilhões de valor bruto de mercadorias transitaram pelo Mar do Sul da China. Em 2016, esse valor teria sido de US\$ 3.4 trilhões, significando 21% do comércio mundial daquele ano (PANDA, 2017).

Uma interrupção das rotas que passam pelo Mar do Sul da China forçaria as embarcações a esperarem sua reabertura ou utilizarem rotas alternativas, o que resultaria em alguns bilhões de custos adicionais de frete por mês (POWER, 2017).

Assim, a combinação de reservas de petróleo e gás natural com a importância das rotas marítimas, faz do Mar do Sul da China uma região altamente estratégica em termos comerciais e militares. As disputas que tomam lugar no Mar do Sul da China envolvem diretamente países que reivindicam territórios nesse domínio, mas também as duas principais potências mundiais e organizações internacionais e regionais, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Nesse contexto, países envolvidos no conflito firmaram acordos a fim de aumentarem seu poder militar em relação à China e/ou dissuadir postura mais agressiva chinesa.

Dessa maneira, o artigo analisa as relações dos envolvidos nas disputas no Mar do Sul da China sob o argumento de que as alianças estabelecidas pelos envolvidos nas disputas tem a finalidade de aumentarem suas capacidades, assim como dissuadir a China em usar seu poder militar para assegurar o domínio daquela região. O texto está dividido em três partes. Inicialmente, tratamos dos atores externos que indiretamente influenciam nas dinâmicas no Mar do Sul da China. Em seguida, apresentamos a evolução dos acordos de cooperação firmados pelos países da região. No final, apresentamos algumas considerações sobre as dinâmicas de cooperação naquela área.

## OS ATORES EXTERNOS

Chamamos de atores externos, aqueles países que não estão envolvidos diretamente em reivindicações de partes do Mar do Sul da China, mas que acabam por influenciar as dinâmicas do litígio por meio da colocação de suas próprias agendas e interesses e, por conseguinte se empenham em campanhas de cooperação e competição militar com os países envolvidos nas disputas. Silva e Amorim (2016), chamaram esses países *Worried-Outsiders* – ‘estrangeiros inquietos’, sendo eles a Índia, o Japão e a Austrália.

A Índia pós-independência incorporou uma doutrina contrária ao uso da força para a resolução de controvérsias internacionais (BAVA, 2010, p. 117). Entretanto, a derrota vista como humilhante na guerra sino-indiana (1962) fez com que o país mudasse drasticamente sua política de defesa, dobrando seu gasto em defesa (SILVA; AMORIM, 2016, p. 448). Além disso, sob o governo de Indira Gandhi, abandonou a posição de não-alinhado, se aliando com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (BAVA, 2010). Com o fim da Guerra Fria, a Índia voltou sua política a um movimento chamado de “política externa estrategicamente engajada”, firmando parcerias com os EUA e agindo como Estado-pivô na Ásia Meridional. As relações com os EUA atingiram seu auge em 2005, com o estabelecimento de um acordo bilateral de defesa (GANGULY et al., 2006). Esse passo em especial fez com que a Índia buscasse também acordos em defesa com diversos outros países, tendo políticas especiais para a maioria de seus vizinhos.

Na década de 1990, com o crescimento econômico da Índia e da rivalidade com a China e o Paquistão, o país se juntou à Associação dos Países da Orla do Oceano Índico (IOR-ARC) em 1995, assim como iniciou um investimento mais forte em sua marinha (OGDEN, 2011, p. 8).

A Índia enxerga a China como “uma potência nacionalista em ascensão e agressiva, cujas ambições tendem a remodelar os contornos do equilíbrio de poder regional e global, com consequências deletérias para os interesses indianos” (PANT, 2011, p. 240, tradução nossa). Em consequência, vê como primordial o estreitamento das relações com o Japão.

A estratégia indiana é de, a médio e longo prazo, tornar sua base industrial de defesa autossuficiente. O conceito foi formalmente adotado no documento de Estratégia Militar Marítima indiana. Em 2010, o país anunciou planos de adicionar 32 novos navios à sua marinha até 2020, com a construção de 27 navios na Índia, 3 na Rússia e 2 na Itália (HOLMES, 2011). A Estratégia indiana foi atualizada em 2005, 2009 e 2015, e apresentou o Mar do Sul da China como ponto de interesse indiano. O

documento, além de abordar o espectro do conflito, o ambiente marítimo na época, mecanismos de aplicação do poder naval e os interesses indianos, apresentou a relação entre os estreitos de Málaca, Lombok e Sunda e o Oceano Índico, sendo esses vistos como rotas de conexão entre as duas regiões.

Para o leste, os Estreitos de Málaca, Sunda e Lombok conectam o Mar do Sul da China ao Oceano Índico. O Estreito de Málaca é a rota principal, através da qual mais de 70.000 navios transitam anualmente. A oeste, a faixa de navegação mais movimentada passa pelo Estreito de Ormuz, que liga o Golfo Pérsico ao Oceano Índico. Estes estreitos canais que constituem pontos de estrangulamento de entrada e saída da Bacia do Oceano Índico (IOR) são críticos para o comércio internacional (INDIAN NAVY, 2015, p. 56, tradução nossa).

O Mar do Sul da China (assim como outras áreas estratégicas no Oceano Pacífico) foi incluído como variável vital para a proteção da bacia do Oceano Índico. Em 2009, a Índia inaugurou seu primeiro submarino nuclear construído localmente. Além disso, anunciou a compra de um porta-aviões russo (renomeado, Almirante Gorshkov) e de tecnologia balística de ponta, visando aumentar suas capacidades de vigilância naval. O país ainda instalou nas ilhas Maldivas, por intermédio de um projeto de cooperação, uma rede de 26 radares interligados ao sistema indiano de fiscalização costeira (SHAH, 2017).

O Japão, durante grande parte de sua história, adotou uma postura fechada em relação ao sistema internacional. Em meados do Século XIX, foi forçado pelos EUA a se abrir economicamente e se alinhou ao Reino Unido após a vitória na guerra sino-japonesa (1894-1895), postura que se alterou na década de 1930. A derrota na Segunda Guerra Mundial levou o país à estabilidade fornecida pelo “guarda-chuva nuclear” dos Estados Unidos (TØNNESSON, 2001).

Em anos recentes, contudo, o Japão vem modificando sua política militar para se contrapor ao crescimento chinês no leste asiático. A reinterpretção do Artigo 9 da Constituição japonesa, permitiu que as Forças Japonesas de Autodefesa ajam em caso de autodefesa coletiva, fornecendo salvaguarda jurídica para uma postura mais assertiva (IISS,

2015). O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), em sua publicação “Balanço Militar” (2015), delineou que o Plano de Defesa a Médio Prazo do Japão, de dezembro de 2013, implicava na aquisição de novos materiais bélicos até 2019, entre eles novos destroyers, submarinos, veículos aéreos não tripulados para vigilância marítima de longo alcance, aviões de caça F-35A e novos helicópteros (IISS, 2015, p. 207).

A ampliação das capacidades militares japonesas é intrinsecamente ligado ao crescimento chinês. Embora geograficamente distante do Mar do Sul da China, o crescimento militar chinês pode significar problemas para o Japão, que disputa com a China as ilhas *Senkaku* no Mar do Leste da China. Isso faz com que o Japão abertamente apoie países que disputam posições com a China, principalmente o Vietnã e as Filipinas.

Isso ocorre porque o fato de que o Japão tem como prioridade a manutenção das linhas marítimas de comunicação — *Sea Lines of Communication* (SLOCs) e se preocupa com a possibilidade de interrupção do tráfico comercial na região decorrente da reivindicação chinesa de grande parte do Mar do Sul da China como mar territorial (e não como Zona Econômica Exclusiva, como fazem alguns outros países) (VUVING, 2014). A indústria pesqueira japonesa, por exemplo, seria gravemente afetada por qualquer bloqueio daquele mar.

A Austrália também é um país insular. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país aprofundou suas relações com os Estados Unidos, seladas por meio da ANZUS (aliança de segurança englobando Austrália, Nova Zelândia e os EUA), e participou de diversas ações militares em aliança com os EUA (SILVA; AMORIM, 2018, p. 455).

De acordo com Bisley e Taylor (2014, p. 31), a Austrália agora enfrenta um dilema político-econômico. Atualmente, seu principal parceiro comercial é a China e o seu principal aliado militar os EUA.

Em 2009, a Austrália publicou o seu documento de defesa (*White Paper*), intitulado “Defendendo a Austrália no Século da Ásia-Pacífico: Força 2030”. O documento destacou a região Ásia-Pacífico por conta da probabilidade de tensões entre as potências na região (China, Rússia, Índia, Japão e Estados Unidos). O interesse estratégico primordial da Austrália é a proteção do país contra ataques militares diretos, entretanto, a segurança, estabilidade e coesão de sua vizinhança imediata são assuntos que merecem considerável atenção. Em consequência, a modernização e fortalecimento das suas forças navais são prioridade e as áreas-chave

citadas englobam a defesa aérea, ataques estratégicos, forças especiais, inteligência, força de guerra ultramarina e antissubmarino (AUSTRALIA, 2009). A modernização da marinha incluiu a aquisição de três *destroyers* e duas embarcações anfíbias (IISS, 2015) além de 24 novos aviões de caça F/A-18 F *Super Hornet*, produzidos pelos Estados Unidos e adquiridos em 2014 (DEFENSE INDUSTRY DAILY, 2014).

No que diz respeito ao Mar do Sul da China, os interesses australianos envolvem preocupação com um conflito na região e o projeto chinês de transformação do Mar do Sul da China em seu mar territorial com consequências para o fluxo de comércio na região. Ademais, a política externa australiana expressa preocupação com o desenvolvimento e presença de um país potencialmente hostil controlando águas próximas ao seu território. A aliança militar com os Estados Unidos leva o país, mesmo que não enfaticamente, a tomar partido na política de contenção da China (SILVA; AMORIM, 2016).

Dessa forma, Silva e Amorim (2016, p. 459-462) expressam que, sendo o Mar do Sul da China considerado um “bem comum” aos três países – Austrália, Índia e Japão, e sendo as intenções chinesas vistas como potencialmente agressivas, qualquer ameaça a esse bem, por mais distante que ele esteja, passa a ser vista como uma ameaça próxima à segurança e aos interesses dos três países.

Tendo Índia, Austrália e Japão seus próprios interesses no Mar do Sul da China, a liberdade de navegação tem sido defendida e a postura chinesa de agressividade condenada.

## COOPERAÇÃO EM DEFESA NO MAR DO SUL DA CHINA

As reivindicações no Mar do Sul da China se dão, principalmente, em torno dos arquipélagos Spratly e Paracel. O primeiro é reivindicado pela China, Taiwan, Filipinas, Brunei, Malásia e Vietnã. O segundo, localizadas ao norte, é disputado principalmente pela China e Vietnã. A China reivindica o Mar do Sul em sua quase totalidade por meio de um traçado chamado Nine-Dash Line. A reivindicação ultrapassa as 12 milhas náuticas estabelecidas pela UNCLOS (se estendendo também ao Recife de Scarborough e às Ilhas Natuna), e se baseia tanto em antigos registros históricos feitos por pescadores quanto na ocupação militar de algumas das ilhas. O Vietnã reivindica territórios como Zona Econômica Exclusiva (ZEE), alegando que desde o século XVII envia “homens e navios” às ilhas,

que partes vitais de sua economia e do projeto de expansão da indústria pesqueira. A Malásia, por sua vez, reivindica que as Spratly, estabelecidas pela UNCLOS como parte de sua ZEE, sejam também consideradas parte integrante de seu território. Brunei e Indonésia demandam porções no Mar do Sul da China para propósitos econômicos, sendo que Brunei pleiteia o Atol Louisa, e a Indonésia pleiteia as Ilhas Natuna, ricas em campos de gás (NUDELMAN; ROSEN; KELLEY, 2014).

Em razão das disputas, uma série de alianças e medidas de cooperação foram estabelecidas pelos países envolvidos — Vietnã, Malásia, Filipinas, Brunei, Taiwan e China – criando novas dinâmicas de cooperação em defesa na região.

O Vietnã, após um conflito fronteiriço rápido, porém violento, com a China em 1979, conseguiu alcançar um bom relacionamento com aquele país nas décadas seguintes. Em 2008, foi anunciado o estabelecimento de uma “parceria cooperativa compreensiva e estratégica” entre Vietnã e China (HIEP, 2016, p. 273). Entretanto, a relação estável entre os dois países tem sido estrangida pela tensão no Mar do Sul da China, no qual as reivindicações de ambos se sobrepõem.

Para alavancar sua estratégia de defesa, o Vietnã vem investindo em um programa de modernização bélica, desenvolvendo sua indústria de defesa e também adquirindo armamentos de seus parceiros, especialmente da Rússia (IISS, 2015). Além disso, tem firmado laços estratégicos com outros países. Em 2014, por exemplo, o país manteve diálogos estratégicos em defesa a nível ministerial com a Austrália, China, França, Coreia do Sul, Reino Unido, Rússia, Índia, Itália, Singapura e Japão, além dos EUA (HIEP, 2016).

Apesar desses laços em defesa, o Vietnã reforça que sua política externa não é direcionada contra nenhum terceiro país, e enfatiza o chamado “Princípio de Três-Nãos” (PTN) que envolve a não instalação de bases estrangeiras em solo vietnamita, o não envolvimento em alianças militares e o não-relacionamento com países visando agressão a um terceiro país. O termo apareceu pela primeira vez no *White Paper* de Defesa de 1998, mas também foi reforçado nas edições de 2004 e 2009, da seguinte forma:

A política do Vietnã não é aderir a nenhuma aliança militar, não permitir que qualquer país estrangeiro estabeleça uma base militar no Vietnã e não participar de qualquer ação militar que use força ou ameace



usar a força contra outro país. No entanto, o Vietnã está pronto para se defender contra qualquer violação de seu território, espaço aéreo, águas e interesses nacionais; O Vietnã não vai realizar corridas armamentistas, mas fortalece constantemente suas capacidades militares com o objetivo de autodefesa suficiente (SOCIALIST REPUBLIC OF VIETNAM, 2004, p. 5, tradução nossa).

O Vietnã constrói o poder de defesa nacional principalmente com recursos e pessoas próprias. Assim, o Vietnã consistentemente defende não aderir a nenhuma aliança militar, nem dar a outros países permissão para ter bases militares ou usar seu solo para realizar atividades militares contra outros países (SOCIALIST REPUBLIC OF VIETNAM, 2009, p. 21, tradução nossa).

No entanto, de acordo com Hiep (2016), o PTN vem se mostrando cada vez mais irrelevante na conjuntura internacional, visto quatro principais fatores. O primeiro deles diz respeito ao aumento da assertividade chinesa em relação ao Vietnã desde 2014, quando a China moveu plataformas de exploração de petróleo para as proximidades das ilhas Paracel, no que ficou conhecido como a Crise das Plataformas de Petróleo de 2014. Para defender a estação petrolífera durante a crise, a China enviou cerca de 140 embarcações, incluindo navios de guerra, que dispararam canhões d'água contra navios vietnamitas que tentavam impedir a ação. Ao ser noticiada pela mídia, a ação fez com que se levantasse um sentimento anti-chinês no Vietnã. Em segundo lugar, a crise tornou implícitas as limitações do Vietnã em relação à China. Enquanto esta última mobilizou cerca de 80 a 100 navios rotineiramente durante toda a operação, o Vietnã conseguiu enviar apenas 29 embarcações durante a crise. O terceiro fator expressa que, por agir de maneira agressiva durante o episódio, a China ignorou o acordo firmado entre os dois países em 2011, além da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China (DoC), firmada no âmbito da ASEAN. Em último lugar, o episódio de crise demonstrou que o apoio internacional, principalmente de aliados fortes, desempenhou um importante papel para a deslegitimação das ações

chinesas em favor do Vietnã. Durante o ocorrido, os EUA, Japão, Filipinas, Índia e Austrália emitiram declarações que condenavam as ações chinesas e pediram que ambas as partes solucionassem as disputas sem o uso da força. Além disso, o senado norte-americano emitiu uma resolução que pedia que a China retirasse a plataforma de petróleo da região, assim como as embarcações que a acompanhavam (UNITED STATES, 2014).

Embora o princípio de “três-nãos” promovido pelo Vietnã possa ter-se evidenciado como obsoleto com a crise de 2014, na verdade o país vem aumentando suas políticas de cooperação em defesa desde o final da década de 1990, quando se tornou membro da ASEAN. No que diz respeito às Filipinas, por exemplo, em outubro de 2010, os dois países assinaram um acordo de cooperação em defesa (SISANTE, 2010). Em 2011, foi assinado um Memorando de Entendimento — *Memorandum of Understanding* (MOU) para intercâmbio de inteligência entre as marinhas dos dois países, assim como um acordo firmando uma linha de comunicação direta entre suas guardas costeiras (HIEP, 2016).

Com relação à Índia, o Vietnã estreitou relações em questões de segurança, considerando aquele país um ‘parceiro estratégico’. O país concedeu acesso exclusivo aos navios da marinha indiana ao porto de Nha Trang, no sul do Vietnã. Em 2010, um acordo implicou na ajuda indiana para o Vietnã expandir suas capacidades de logística naval e treinar seu exército em operações na selva. O Vietnã procura países dispostos a investir em seus recursos naturais e que não sejam “afugentados pela ameaça de incursões navais chinesas”. A China, inclusive, teria protestado contra atividades conjuntas de exploração de petróleo entre vietnamitas e indianos no Mar da China Meridional há quase uma década (INDIAN..., 2018). Dessa forma, a parceria com a Índia faria parte da tentativa de garantir seus interesses econômicos e, possivelmente, afastar as ameaças da China.

O Porto Internacional de Cam Ranh é “um dos melhores portos de águas profundas em toda a região do Indo-Pacífico, propício para docas de submarinos, grandes porta-aviões e outras embarcações navais” (INDIAN..., 2018). O porto tem uma posição estratégica pois fica próximo ao Estreito de Malaca e à China. Depois que o porto foi inaugurado, em 2016, ele recebeu navios de guerra da Austrália, Cingapura, China, França, Índia, Japão e Estados Unidos. Assim, o porto emergiu como “um nó importante na estrutura de política externa mais ampla do Vietnã em meio às águas instáveis do Mar do Sul da China” (OAK, 2018).

No que concerne ao Japão, outro parceiro estratégico do Vietnã,

em 2007 os dois países firmaram um Comitê Integrado de Cooperação, de nível ministerial, e adotaram uma agenda que visava promover as relações bilaterais entre os dois países. Em dezembro de 2010, os dois países inauguraram uma reunião – a se repetir anualmente – sobre política externa, defesa e segurança (VIETNAM, 2011). Em outubro de 2011, assinaram um Memorando de Entendimento em Intercâmbio, Cooperação e Defesa que incluía visitas navais de boa vontade, diálogo anual em defesa com o ministro responsável, cooperação em tecnologia de aviação militar e treinamento de pessoal (VIETNAM, 2018). Em março de 2014, o título da relação entre os dois países foi atualizado para uma Parceria Estratégica e Extensiva para Paz e Prosperidade na Ásia (VIETNAM NEWS, 2014) Além disso, após a China recuar sua plataforma exploradora de petróleo da ZEE vietnamita, em agosto de 2014, o Japão anunciou que forneceria ao Vietnã seis barcos de patrulha, visando apoiar as atividades de defesa do país no Mar do Sul da China (HIEP, 2016, p. 283).

O Vietnã vem tentando criar laços mais fortes com os EUA. Diálogos anuais em defesa e estratégia vêm sendo realizados desde agosto de 2010 (VNEXPRESS, 2010), e um MOU em relações bilaterais de defesa foi firmado em 2011. Outro ponto importante para a relação entre os dois países aconteceu em julho de 2013, quando foi anunciado o estabelecimento de uma parceria abrangente, tendo os EUA, em dezembro daquele ano, enviado ao Vietnã US\$ 18 milhões em assistência em defesa, incluindo cinco novos barcos de patrulha para a Guarda Costeira Vietnamita (US DEPARTMENT OF STATE, 2013). Da mesma forma, em outubro de 2014 os EUA decidiram abolir parcialmente seu bloqueio em vendas de armas letais ao Vietnã, permitindo a venda de armamento bélico relacionado à segurança marítima para o país (VOICE OF AMERICA, 2014).

Durante a ‘Crise das Plataformas de Petróleo’, em 2014, o senado dos EUA aprovou resolução que pedia que a China retirasse suas plataformas de petróleo e navios militares da ZEE vietnamita e condenando “ações coercitivas ou ameaçadoras ou o uso da força para impedir a liberdade de operações em espaço aéreo internacional por aeronaves civis ou militares, para alterar o status quo ou desestabilizar a região da Ásia-Pacífico” (UNITED STATES, 2014, tradução nossa).

Dessa maneira, embora o Vietnã prefira não se tornar membro de alianças formais, o país vem firmando MOUs, assim como mantendo contato e recebendo auxílio de diferentes parceiros estratégicos. Sua política de alianças tem propósitos primariamente defensivos, mas está

relacionada com o aumento da assertividade chinesa na região.

A Malásia mantém alguns acordos em defesa com parceiros estratégicos, sendo os EUA um dos seus principais aliados ao longo desde o século. As relações EUA-Malásia datam de sua independência, em 1957, e tem sofrido uma série de transformações nos anos recentes. A Malásia se mostrou uma importante aliada dos Estados Unidos, principalmente depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, adotando medidas de combate ao terrorismo. Regionalmente, favoreceu o diálogo dos estadunidenses com organizações internacionais, como a ASEAN (SODHY, 2015). A Malásia também realiza periodicamente exercícios militares com a China e a Índia, e, no escalar das tensões entre China e os outros países que reivindicam porções do Mar do Sul da China a partir de 2010, sempre advogou pela resolução pacífica de conflitos seguindo os princípios do direito internacional (RINEHART, 2015).

No âmbito da Segurança Internacional, a Malásia assegura a proteção de seus interesses por meio do tratado intitulado ‘Cinco Acordos de Força de Defesa’ – Five Power Defense Arrangements (FPDA), dos quais também participam Austrália, Nova Zelândia, Cingapura e Reino Unido. Assinado em 1971 e mantido até os dias atuais, o acordo primariamente explicita que, no caso de um ataque ou ameaça de ataque a qualquer um dos membros, os membros da aliança se encontrarão imediatamente para discutir medidas cabíveis. O documento não faz menção, entretanto, à tomada de ações militares conjuntas decorrentes da possibilidade de agressão externa a algum dos seus membros (AUSTRALIA, 1971).

Porções relevantes do tratado foram colocadas no seu anexo 1, intitulado “Assistência da Austrália às Forças Armadas da Malásia”. Nele, se coloca e a possibilidade de o governo australiano fornecer, desde que acordado entre as duas partes:

- a) pessoal para ajudar na formação e desenvolvimento das Forças Armadas da Malásia;
- (b) instalações, incluindo cursos de instrução no exterior, para treinamento de membros das Forças Armadas da Malásia;
- (c) assessoria especializada e assistência em questões operacionais e técnicas;
- (d) uso de instalações para os fins da Nota;
- (e) assistência no fornecimento de equipamento para as Forças Armadas da Malásia (AUSTRALIA, 1971, anexo 1, tradução nossa).

Em 2009, Malásia e Brunei firmaram um acordo que procurou

solucionar suas disputas fronteiriças. Por meio de uma extensiva troca de notas entre o Primeiro Ministro malaio e o Sultão de Brunei, foram demarcadas as fronteiras marítimas dos dois países, seguindo principalmente o que já havia sido estabelecido por tratados assinados entre 1920 e 1939. Em áreas não abordadas pelos tratados, os países seguiram o princípio de “watershed”, que prevê que não haja mudanças bruscas nas demarcações fronteiriças entre os países, apenas correções. Além disso, em uma área onde já havia dois campos de exploração de petróleo operados, em sua maioria, pela Malásia (chamados pela Malásia de campos “L” e “M”), os dois países concordaram em firmar uma área de exploração conjunta através da assinatura de Memorandos de Entendimento entre as suas principais companhias exploradoras de petróleo. Dessa maneira, a soberania pela área onde estão localizados os campos foi dada a Brunei, mas ambos os países podem desfrutar de sua exploração (MALAYSIA; BRUNEI, 2010).

Tais medidas podem ser utilizadas como exemplo para a resolução bilateral de controvérsias na região. Uma vez que havia entraves na exploração de petróleo entre os dois países, a resolução da disputa fronteiriça e o acordo que garante a exploração conjunta fizeram com que ambos os países aumentassem suas capacidades energéticas e econômicas.

As Filipinas foram adquiridas pelos EUA por US\$ 20 milhões após a guerra Hispano-Americana, e mantidas como colônia até 1946, quando obteve a independência. O país firmou então com os EUA uma série de acordos, como o Pacto de Assistência Militar (1947), o Acordo das Bases Militares (1947), e o Tratado de Defesa Mútua (1951). Tais acordos fizeram com que os EUA se tornassem o real protetor das Filipinas no caso de uma agressão externa, mas foram altamente criticados por nacionalistas filipinos principalmente no período pós-Guerra Fria. Como a URSS não era mais uma ameaça externa, a manutenção de altos números de tropas norte-americanas no exterior passou a ser contestada, e, em 1992, as bases norte-americanas nas Filipinas foram desativadas (HEYDARIAN, 2016, p. 341).

Entretanto, as Filipinas rapidamente vieram a sofrer com os efeitos do vazio de poder decorrente da desocupação norte-americana. Em 1995, o país enfrentou uma forte crise diplomática com a China, quando forças chinesas passaram a controlar o Recife Mischief em uma área reivindicada por ambos os países no Mar do Sul da China e a repelir pescadores filipinos. Como as Filipinas não poderia agir militarmente sem arriscar o escalonamento das disputas com a China, esta última fortaleceu

sua posição no recife, adicionando-lhe um componente militar. Como resposta, as Filipinas lançaram um projeto com três frentes: acelerou o Ato de Modernização das suas Forças Armadas para aumentar capacidades militares defensivas; lançou uma ofensiva diplomática em fóruns multilaterais, como a ASEAN, defendendo uma resposta unificada às ações da China na região; e buscou revitalizar as relações com os EUA. A ação culminou no Acordo de Visitação de Forças de 1998, que permitiu que os EUA enviassem uma quantidade considerável de tropas para as Filipinas sob o pretexto de exercícios militares conjuntos (HEYDARIAN, 2016).

O ano de 2004, entretanto, marcou o início de um período de maior aproximação com a China, iniciado com a visita da presidente filipina Gloria Arroyo a Pequim. Apenas dois meses depois da visita, os dois países anunciaram a assinatura de um MOU em cooperação em defesa, que foi utilizado para promover o intercâmbio de oficiais de alta patente e culminou na oferta chinesa de US\$ 1.2 milhões em assistência militar para as Filipinas (MORADA, 2006). O sucesso da empreitada também fez com que a China oferecesse projetos de revitalização da infraestrutura de transporte e telecomunicações, além de um pedido que o país rejeitasse a proposta do Vietnã e da Malásia de submissão de suas reivindicações para extensão de suas plataformas continentais junto à ONU. Como a administração da presidente Arroyo se envolveu em diversos escândalos de corrupção, membros da oposição e da mídia a colocaram como a responsável pela ‘venda’ do país à China (HEYDARIAN, 2016, p. 345).

Com o crescimento da assertividade chinesa nas disputas pelo Mar do Sul da China, o novo presidente das Filipinas Noyonoy Aquino procurou facilitar os diálogos entre os Estados Unidos e a ASEAN. Após, entretanto, um incidente envolvendo as marinhas da China e das Filipinas em 2012, o país adotou uma medida anti-China, que culminou, no início de 2013, no despacho do pedido de arbitragem internacional sob a UNCLOS contra a China e na assinatura do *Enhanced Defense Cooperation Agreement* (EDCA), entre as Filipinas e os EUA, em 2014 (HEYDARIAN, 2016).

Sob a égide do EDCA, as Filipinas garantem aos EUA acesso rotativo a bases militares no país, assim como foram expandidos os já existentes exercícios militares conjuntos. Entretanto, devido a restrições na Constituição das Filipinas sobre o estabelecimento de bases estadunidenses no país, a implementação do acordo é complicada, e vem recebendo críticas do Senado (HEYDARIAN, 2016).

O Brunei Darussalam é um sultanato ao norte da Malásia,

que reivindica uma zona econômica exclusiva no Mar do Sul da China que se sobrepõe às reivindicações de outros países. O país, desde sua independência do Reino Unido, em 1984, mantém uma base militar britânica composta por um batalhão de infantaria de Gurkhas, soldados de nacionalidade nepalesa recrutados pelas forças armadas britânicas, e uma esquadrilha de helicópteros “Bell 212”, da força aérea (GURUNG, 2018).

Desde a retirada das forças do Reino Unido de Hong Kong em 1997, as Forças Britânicas em Brunei, como são chamadas, se tornaram a única base militar inglesa no Extremo Leste. Compostas de aproximadamente mil soldados e suas famílias, as forças britânicas estão à disposição do Sultão, mas também podem ser despachadas para outras operações na região a mando do Reino Unido (UNITED KINGDOM, 2018).

A partir de 2010, os laços de cooperação em defesa de Brunei também passaram a se estreitar com a Índia, uma vez que ambos cultivam laços históricos por ocasião da diáspora indiana, quando cerca de 10.000 indianos procuraram em Brunei um novo lar (DNA, 2016). Em fevereiro de 2016, os dois países firmaram um Memorando de Entendimento em cooperação em defesa que inclui quatro áreas principais: intercâmbio de visitas em diferentes patentes; troca de experiências, informações e treinamento; participação em exercícios militares conjuntos, seminários e discussões; e cooperação entre indústrias de defesa. Durante a década passada, os dois países já haviam estabelecido algumas interações em defesa, como visitas navais, treinamento de oficiais e troca de experiências (PARAMESWARAN, 2016).

Taiwan, denominado oficialmente de República da China, mantém oficialmente relações diplomáticas com 16 países. Tendo realizado suas primeiras eleições diretas em 1996, Taiwan adota um regime republicano democrático representativo, no qual o presidente atua como chefe de Estado e o Primeiro-Ministro como chefe de governo (KRASNER, 2001).

O caso das relações de defesa de Taiwan é complexo. O seu principal parceiro, os EUA, não reconhece ou mantém relações diplomáticas oficiais com o governo da República da China, sediado em Taipei, mas sim reconhece o governo da República Popular da China, em Pequim. Para a formulação de um mecanismo de cooperação em defesa, todas as relações entre Taiwan e os EUA são feitas por meio de uma organização privada, denominada “Instituto Americano em Taiwan”. Ainda assim, entre 1954 e 1979, os EUA e Taiwan mantiveram um tratado de defesa mútua, no qual havia o comprometimento norte-americano de defender Taiwan no caso de um ataque externo (BUSH, 2016).

Após 1979, os EUA mantiveram sua política de venda de armamento para Taiwan, mesmo com a retomada das relações com Pequim. Estima-se, por exemplo, que apenas durante o primeiro mandato do presidente Barack Obama (2009-2012), os Estados Unidos transferiram mais de US\$12 bilhões em armamento para Taiwan (BUSH, 2016).

Vendo a China como um vizinho hostil e uma potencial tentativa de invasão, Taiwan tem tentado se envolver na economia chinesa, mostrando o valor das empresas taiwanesas para o crescimento econômico chinês. Entretanto, visando conter líderes separatistas em Taiwan, a China estabeleceu certas pré-condições não divulgadas para a interação entre os dois governos, às quais Ma Ying-jeou, presidente taiwanês de 2008 a 2016, declarou aquiescer com cautela (BUSH, 2016). Suas relações com outros países, principalmente entre os países emergentes e em desenvolvimento, têm aumentado consideravelmente neste século.

Benabdallah (2017) aponta que as relações entre a China e o continente africano, por exemplo, até anos recentes pareciam seguir um padrão, onde a China sediava diálogos econômicos e os EUA diálogos de defesa, principalmente no combate ao terrorismo. Entretanto, mais recentemente, as ações chinesas voltadas à políticas de cooperação em defesa vêm tendo mudanças. Em primeiro lugar, elas se tornam mais formais, com a participação da China em fóruns regionais africanos. Essas mudanças podem ser vistas como partes de uma estratégia de redefinir os parâmetros de defesa africanos, por exemplo pela promessa chinesa de fornecer US\$100 milhões em assistência militar para a União Africana entre 2015 a 2020. Além disso, Pequim vem adotando uma abordagem abrangente na África, investindo de medicamentos até venda de armas (BENABDALLAH, 2017).

Apesar do fortalecimento chinês entre os países em desenvolvimento, o principal aliado chinês na região é a Rússia. Ambos os países são membros da Organização para Cooperação de Xangai, e, bilateralmente, assinaram o Tratado de Boa Vizinhança e Amizade em 2001. Este último expõe medidas que os países prometeram tomar para garantir relações seguras e prósperas, assim como explicita a importância da cooperação econômica entre os dois países. O documento aborda questões de segurança e defesa. Seu Artigo 9 assinala:

Quando surgir uma situação na qual uma das partes



contratantes considere que a paz está sendo ameaçada e prejudicada ou que seus interesses de segurança estejam envolvidos ou quando ela for confrontada com a ameaça de agressão, as partes contratantes realizarão imediatamente contatos e consultas a fim de eliminar tais ameaças (RUSSIAN FEDERATION, 2001, p. 4, tradução nossa).

O Artigo 7 do tratado também assinala que as partes contratantes se engajarão em atividades de cooperação militar, e o Artigo 16 destaca o intercâmbio de know-how militar entre os dois países (RUSSIAN FEDERATION, 2001).

A Rússia é também um dos principais fornecedores de armamento e material bélico para a China, tendo vendido, em abril de 2015, sistema de defesa aérea S-400 e 25 aeronaves de combate SU-35, com um valor estimado de mais de US\$ 5 bilhões. O sistema S-400 é o mais moderno fabricado pela Rússia, e permitirá que a China abata alvos aéreos a distâncias de até 380 quilômetros (SCHWARTZ, 2017).

Além da Rússia, a China firmou treze acordos de cooperação com as Filipinas, em outubro de 2016, apenas três meses depois da divulgação do resultado do julgamento entre os dois países na Corte Permanente de Arbitragem. Os acordos, entre outros fatores, estabelecem a participação da Guarda Costeira dos dois países em patrulhas conjuntas, por meio de um Memorando de Entendimento. Além disso, a declaração conjunta divulgada pela China e Filipinas para a publicação dos acordos também menciona as disputas no Mar do Sul da China, dizendo:

Ambas as partes trocaram pontos de vista sobre questões relativas ao Mar do Sul da China. Ambos os lados afirmaram que as questões contenciosas não são a soma total das relações bilaterais China-Filipinas. Ambas as partes trocaram opiniões sobre a importância de lidar com as disputas no Mar do Sul da China de maneira apropriada [...] (CHINA; PHILIPPINES, 2016, ponto 40, tradução nossa).

Ao analisarmos a complexidade das dinâmicas de cooperação em defesa dos países envolvidos diretamente nas disputas no Mar do Sul da

China, pode-se perceber que elas se tornaram mais comuns a partir de 2010, acompanhando o crescimento da assertividade chinesa na proteção de suas reivindicações. No tocante a acordos militares recentes, se destaca o porte do *Enhanced Defense Cooperation Agreement*, assinado entre Filipinas e Estados Unidos, assim como o crescimento das relações de defesa entre Brunei e a Índia. Além disso, a resolução de controvérsias fronteiriças entre a Malásia e Brunei pode servir como exemplo para a resolução das questões no Mar do Sul da China.

**Tabela 1 - Histórico simplificado das dinâmicas de cooperação em defesa no Mar do Sul da China (2000-2017).**

**HISTÓRICO SIMPLIFICADO DAS DINÂMICAS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA NO MAR DO SUL DA CHINA (2000 – 2017)**

15/06/2001 – China se torna membro da Organização para Cooperação de Xangai.  
 16/07/2001 – China assina com a Rússia o Tratado de Boa Vizinhança e Amizade.  
 08/11/2004 – China e Filipinas assinam Memorando de Entendimento (MOU) em cooperação em defesa.  
 20/11/2007 – Vietnã e Japão firmam Comitê de Cooperação Integrado.  
 16/03/2009 – Troca de cartas entre o Primeiro Ministro malaio e o Sultão de Brunei encerra disputas fronteiriças entre os dois países.  
 06/05/2009 – Malásia e Vietnã enviam submissão conjunta à Comissão das Nações Unidas Sobre Limites na Plataforma Continental para aumentar suas plataformas no Mar do Sul da China.  
 Jul/2010\* – Vietnã e Índia firmam acordo para expansão de capacidades navais e treinamento militar.  
 22/10/2010 – Filipinas e Vietnã assinam acordo de cooperação em defesa.  
 Dez/2010\* – Vietnã e Japão lançam reunião anual de diálogo estratégico sobre Política Externa, Defesa e Segurança.  
 26/10/2011 – Vietnã e Filipinas assinam Memorando de Entendimento (MOU).  
 30/10/2011 – Vietnã e Japão assinam MOU em intercâmbio e cooperação e defesa.  
 22/01/2013 – Filipinas notifica China sobre arbitragem e reivindicações no Mar do Sul da China.  
 18/03/2014 – Vietnã e Japão atualizam sua parceria para Parceria Estratégica e Compreensiva para Paz e Prosperidade na Ásia.  
 28/04/2014 – Filipinas e EUA assinam o *Enhanced Defense Cooperation Agreement* (EDCA).  
 26/05/2015 – Malásia e Japão renomeiam relações para Parceria Estratégica.  
 02/02/2016 – Brunei e Índia assinam Memorando de Entendimento (MOU) em cooperação em defesa.  
 12/07/2016 – Tribunal da Corte Permanente de Arbitragem julga que a “9-Dash line” não tem valor legal.  
 21/10/2016 – China e Filipinas firmam Memorando de Comprensão que estabelece patrulhas marítimas conjuntas entre as Guardas Costeiras dos dois países.

\*Data exata não disponível.

Fonte: Elaboração própria dos autores

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas no Mar do Sul da China têm suas raízes anteriores ao século VIII, quando as suas águas eram utilizadas por mercadores de diversas origens. Atualmente, uma possível justificativa para o aumento das reivindicações seriam as reservas de petróleo e gás. A China se utiliza de registros históricos para reivindicar soberania por todo o Mar, por meio da “9-Dash line”, possivelmente porque as maiores reservas de petróleo e

gás estão localizadas próximas à Malásia, Brunei e ao sul do Vietnã, mais distantes do território chinês. Há, ainda, a questão da região se importante rota comercial.

A posição estratégica do Mar do Sul da China coloca a região no bojo dos interesses de outros países como o Japão, a Austrália e a Índia. Esses três países veem o crescimento chinês com cautela. No caso do Japão, o caso se torna ainda mais complexo, já que o país disputa com a China as ilhas Senkaku no Mar do Leste da China.

Com o aumento das reivindicações, aumentaram as dinâmicas de cooperação militar. Entre 2000 e 2017, as dinâmicas podem ser divididas em quatro períodos. Na primeira década do século XXI, alguns incidentes militares isolados aconteceram na região. A China firmou o Tratado de Boa Vizinhança e Amizade com a Rússia com uma cláusula afirmando que haveria consultas no caso da ameaça de um terceiro país a qualquer uma das partes contratantes. Após o acordo, a China se tornou um pouco mais assertiva em suas reivindicações, por exemplo, ao abrir fogo contra embarcações vietnamitas que estavam em uma área de reivindicada pelos dois países. A partir de 2009, aumentou a cooperação em defesa entre Brunei, Malásia, Vietnã e Filipinas e países não envolvidos diretamente nas disputas, como o Japão e a Índia. A cooperação seria para conter o ímpeto chinês por meio da formação de uma coalizão de equilíbrio (ver MEARSHEIMER, 2001), o que culminaria em competição de segurança entre a China e seus rivais.

No período subsequente (2011-2013), houve um aumento nas tensões da região e da assertividade chinesa, principalmente em relação às Filipinas. Medidas de cooperação em defesa foram firmadas pelo Vietnã com as Filipinas e o Japão. Após um ano extremamente conturbado nas relações entre China e Filipinas, esta última, em janeiro de 2013, apresentou à ONU uma notificação legal contra a China, para o estabelecimento de um tribunal arbitral que invalidasse as reivindicações chinesas no Mar do Sul da China. O fato de a notificação ter sido feita sem comunicação prévia à ASEAN explicita que os países, embora se envolvam em políticas de cooperação coletiva por meio dos fóruns da ASEAN, ainda buscam o máximo de vantagens possível em outros foros.

O terceiro período, de 2014 a 2015, apresentou uma ligeira queda no número de incidentes ou ações militares no Mar do Sul da China. Entretanto, uma crise diplomática entre a China e Vietnã envolvendo uma plataforma de petróleo resultou no envio de uma frota chinesa para a proteção da plataforma. Apesar da tensão na região, não houve maiores incidentes.

Decorrente das Filipinas terem enviado a questão com a China para a Corte Permanente de Arbitragem, a Indonésia declarou intenção de levar a China a julgamento parecido em razão das Ilhas Natuna. Apesar de a ação não se concretizar, ela mostra que a iniciativa filipina de solicitar julgamento sob a égide da UNCLOS pode servir como incentivo para que mais países tomem a mesma atitude.

Já no último período (2016-2018), os Estados Unidos passaram a conduzir exercícios de liberdade de navegação nas águas do Mar do Sul da China. A presença de navios de guerra norte-americanos nas regiões contestadas pode ser vista como parte de uma dissuasão em relação à China. Em 4 de outubro de 2018, o destroyer estadunidense USS Decatur realizava um exercício de liberdade de navegação próximo às ilhas Spratly quando foi abordado pelo destroyer chinês Lanzhou. O navio chinês teria feito manobras perigosas próximas ao USS Decatur, enquanto pedia que a embarcação deixasse a área (LENDON, 2018). Em consequência, a Marinha dos EUA recomendou que o país realizasse “uma demonstração maciça de força” nas águas do Pacífico, enviando tropas, embarcações e aeronaves para exercícios militares próximos ao Mar do Sul da China e ao Estreito de Taiwan, demonstrando que o país estaria pronto para contra-atacar qualquer adversário em uma diversidade de frentes (STARR, 2018).

Por sua vez, a China construiu ilhas artificiais. Mesmo que, de acordo com a UNCLOS, essas ilhas não garantem a concessão de direitos de mar territorial, elas possibilitam a instalação de infraestrutura bélica. No período ocorreu o veredito da Corte Permanente de Arbitragem que deu ganho de causa às Filipinas e declarou que a “9-Dash line” utilizada pelo governo chinês não tem validade legal. Logicamente, a China rejeitou o resultado.

Dessa forma, o Mar do Sul da China foi militarizado ao longo do século XXI. Os EUA e a China executam uma política de dissuasão, sendo que os chineses anunciam não poupar recursos para defender seus territórios considerados soberanos nas ilhas Spratly e Paracel. Enquanto isso, vários países envolvidos nas disputas estabeleceram parcerias estratégicas em defesa, se associando a outros com maiores capacidades cujo objetivo seria o de proteger suas reivindicações frente ao crescimento chinês. Estas ações acabaram por envolver mais atores, cada um com seus respectivos interesses, adicionando mais complexidade às dinâmicas que operam na região.

# THE DYNAMICS OF MILITARY COOPERATION IN THE SOUTH CHINA SEA

## ABSTRACT

---

The South China Sea represents one of the most important trade routes in the contemporary world besides having oil and gas reserves. Although all the states that surround the sea have some form of claim upon it, the disputes by two complexes of islands stand out. The southernmost Spratley are claimed by China, Taiwan, the Philippines, Brunei, Malaysia, and Vietnam, while the northernmost Paracel are disputed mainly by China and Vietnam. Moreover, its geostrategic importance leads countries outside the region to involve indirectly in the dynamics of disputes and cooperation. Thus, this article presents the dynamics of military cooperation involved in the South China Sea based on the hypothesis that, in order to increase their capabilities against Chinese military growth, Southeast Asian countries claiming portions of the South China Sea enter into military agreements with other powers.

**Key words:** South China Sea. Military Agreements. International Conflicts. Law of the Sea.

## REFERÊNCIAS

AUSTRALIA. *Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030*. Canberra: Defense Department, 2009.

AUSTRALIA. *Five Power Defence Arrangements*. Canberra: Department of Foreign Affairs, 1971. Disponível em: <<http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/1971/21.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BAVA, Salma. *India Foreign Policy Between Interests and Ideas*. In: FLEMES, Daniel (Ed.). *Regional Leadership in the Global System*. Burlington: Ashgate, 2010.

BISLEY, Nick; TAYLOR, Brendan. *Conflict in the East China Sea: Would ANZUS apply?*. 2014. Disponível em: <<http://www.uts.edu.au/sites/default/files/18924-acri-anzus-booklet-web.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2018.

BUSH, Richard. *The United States Security Partnership with Taiwan*. *Asian Alliances Working Papers*: Brookings, Washington, v. 7, n. 1, p.1-7, jul. 2016. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Paper-7v3.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CHINA, People's Republic of; PHILIPPINES, Republic of The. *Joint Statement of the People's Republic of China and the Republic of the Philippines*. Beijing, 2016. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/china/2016-10/21/c\\_135771815.htm](http://www.xinhuanet.com/english/china/2016-10/21/c_135771815.htm)>. Acesso em: 10 set. 2018.

CIA (Org.). *Paracel Islands*. World Facebook. Washington. 17 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pf.html>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

DEFENSE INDUSTRY DAILY. *Australia to buy 24 Super Hornets as interim gapfiller to Joint Strike Fighter*. 2014. Disponível em: <<http://www.defenseindustrydaily.com/australia-to-buy-24-super-hornets-as-interim-gapfiller-to-jsf-02898/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

DNA. *India, Brunei to sign MoU in defence cooperation today*. 2016. Disponível em: <<https://www.dnaindia.com/business/report-india-brunei-to-sign-mou-in-defence-cooperation-today-2173001>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

EIA. South China Sea. Eia Beta. Washington. 07 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=SCS>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

GANGULY, Sumit; SHOUP, Brian; SCOBELL, Andrew (eds.). US-Indian strategic cooperation into the 21st century: More than words. London: Routledge, 2016.

GURUNG, Tim I. Remembering the Gurkhas' role in ensuring Brunei's autonomy. 2018. Disponível em: <<http://www.atimes.com/article/how-gurkha-rifles-contributed-to-brunei-half-a-century-ago/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

HEYDARIAN, Richard Javad. The US-Philippine-China Triangle: From Equi-balancing to Counter-Balancing amid the South China Sea Disputes. *Global Power Shift*, [s.l.], p.337-357, 2016.

HIEP, Le Hong. Vietnam's Pursuit of Alliance Politics in the South China Sea. *Global Power Shift*, [s.l.], p.271-288, 2016.

HOLMES, James. Looking south: Indian Ocean. In: SCOTT, David (ed.). *Handbook of India's international relations*. New York: Routledge, 2011.

IISS (International Institute for Strategic Studies). *The Military Balance*. London: IISS, 2015.

INDIAN Military Base in Vietnam at Cam Ranh Port to Protect Hanoi's Economic and Territorial Interest. *The Eurasian Times*. Nova Deli, 8 dez. 2018. Disponível em: <<https://eurasianimes.com/indian-naval-base-in-vietnam-at-cam-ranh-port-to-protect-hanois-economic-and-territorial->

-interest/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

KRASNER, Stephen D. *Problematic Sovereignty: Contested Rules and Political Possibilities*. New York: Columbia University Presss, 2001. 367 p.

LONDON, Bred. CNN. Photos show how close Chinese warship came to colliding with US destroyer. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/10/02/politics/us-china-destroyers-confrontation-south-china-sea-intl/index.html?no-st=1539116841>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MALAYSIA; BRUNEI. Statement on the Exchange of Letters Between Malaysia and Brunei Darussalam: Dated 16 March 2009. Putrajaya: Government Of Malaysia, 2010. Disponível em: <<https://www.kln.gov.my/archive/content.php?t=7&articleId=735675>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. And Norton Company, 2001.

MORADA, Noel. *Philippine foreign relations after September 11 (2001–2005)*. Quezon City: University of the Philippines, 2006.

NAUMANN, Sara. *Weathering Typhoon Season in China*. Tripsavvy. Los Angeles. 24 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.tripsavvy.com/weathering-typhoon-season-in-china-1495475>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

NUDELMAN, Mike; ROSEN, Armin; KELLEY, Michael. *This Map Shows Why The South China Sea Could Lead To The Next World War*. Business Insider, 10 jul 2014. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/the-south-china-sea-graphic-2014-7>>. Acesso em: 10 ago. 2017.



OAK, Niranjan Chandrashekhar. Cam Ranh port: A lever in Vietnam's naval diplomacy. Observer Research Foundation. 6 Oct 2018. <https://www.orfonline.org/expert-speak/cam-ranh-port-lever-vietnam-naval-diplomacy/>

OGDEN, Chris. International 'aspirations' of a rising power. In: SCOTT, David (ed.), Handbook of India's international relations. New York: Routledge, 2011.

ONU. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/closindx.htm](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm)>.

PANDA, Ankit (Ed.). How Much Trade Transits the South China Sea? Not \$5.3 Trillion a Year. The Diplomat. Washington. 07 ago. 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/08/how-much-trade-transits-the-south-china-sea-not-5-3-trillion-a-year/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

PANT, Harsh. India's relations with China. In: SCOTT, David (ed.). Handbook of India's international relations. London: Routledge, 2011.

PARAMESWARAN, Prashanth. India, Brunei Ink New Defense Pact. 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/02/india-brunei-ink-new-defense-pact/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

POWER, China. How much trade transits the South China Sea? China Power: CSIS. Beijing, p. 1-1. 02 ago. 2017. Disponível em: <<https://china-power.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

RINEHART, Ian E. *Malaysia: Background and U.S. Relations*. Congressional Research Service, Washington, v. 1, n. 1, p.1-18, 09 nov. 2015. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43505.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

RUSSIAN FEDERATION. *Treaty of Good-Neighborliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation*. Moscow: Russian Federation, 2001. Disponível em: <<https://constitutii.files.wordpress.com/2013/02/treaty-of-good.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

SCHWARTZ, Paul. *Russia-China Defense Cooperation: New Developments*. 2017. Disponível em: <<http://www.theasanforum.org/russia-china-defense-cooperation-new-developments/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SHAH, Dr. S K. *India's Foreign Policy: Past, Present and Ties with the World*. New Delhi: Vij Books India, 2017.

SILVA, Antonio Henrique Lucena; AMORIM, Wellington Dantas de. *Australia, India and Japan: The Three 'Worried Outsiders' and Their Strategies Towards the South China Sea*. In: FELS, Enrico; VU, Truong-minh. *Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea*. New York: Springer, 2016. Cap. 21. p. 441-468.

SISANTE, Jam. *Four agreements with Vietnam to be signed during Aquino's visit*. 2010. Disponível em: <<http://www.gmanetwork.com/news/news/nation/204062/four-agreements-with-vietnam-to-be-signed-during-aquino-s-visit/story/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOCIALIST REPUBLIC OF VIETNAM. *Socialist Republic Of Vietnam. Ministry Of National Defense. Vietnam National Defense*. Hanoi: Ministry Of National Defense, 2009. Disponível em: <<http://aseanregionalfor>

rum.asean.org/files/library/ARF%20Defense%20White%20Papers/Vietnam-2009.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SODHY, Pamela. U.S.-Malaysia Relations on the Security Front. Nbr Analysis Brief, Washington, v. 1, n. 1, p.1-2, 13 abr. 2015.

STARR, Barbara. CNN. US Navy proposing major show of force to warn China. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/10/03/politics/us-navy-show-of-force-china/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

TØNNESSON, Stein. An International History of the Dispute in the South China Sea. Oslo: Eai, 2001.

UNITED KINGDOM. The British Army. The British Army in Brunei. 2018. Disponível em: <<https://www.army.mod.uk/deployments/brunei/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. S.Res.412. 2014. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-resolution/412/text>>. Acesso em 10 ago. 2018.

US DEPARTMENT OF STATE. U.S.-Vietnam comprehensive Partnership. 2013. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/218734.htm>>. Acesso em 10 ago. 2018.

VIETNAM NEWS AGENCY. Vietnam, Japan upgrade ties to extensive strategic partnership. 2014. Disponível em: <<http://en.vietnamplus.vn/Home/Vietnam-Japan-upgrade-ties-to-extensive-strategic-partnership/20143/47637.vnplus>>. Acesso em 10 set. 2018.

VIETNAM. Mofa. Socialist Republic of Vietnam. Japan-Viet Nam Joint Statement on the Occasion of the State Visit by the President of the Socialist Republic of Viet Nam to Japan. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, 2018. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000368992.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

VIETNAM. Vietnam-Japan issue joint statement. 2011. Disponível em: <<http://www.mofa.gov.vn/en/nr040807104143/nr040807105001/ns111101153845>>. Acesso em 10 ago. 2018

VNEXPRESS. Vietnam and the US hold defense and strategic dialogue. 2010. Disponível em: <<http://vnexpress.net/tin-tuc/the-gioi/viet-my-doi-thoi-chien-luoc-quoc-phong-2173072.html>>. Acesso em 09 ago. 2018.

VOICE OF AMERICA. US Eases Ban on Arms Sales to Vietnam. 2014. Disponível em: <<http://www.voanews.com/content/us-eases-ban-on-lethal-military-hardware-sales-to-vietnam/2471086.html>>. Acesso em 10 ago. 2018.

VUVING, Alexander L. Vietnam, the US, and Japan in the South China Sea. *The Diplomat*. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/11/vietnam-the-us-and-japan-in-the-south-china-sea/>>. Acesso em 10 ago. 2018.

WWF (Washington) (Org.). South China Sea: Between the Philippines, Borneo, Vietnam, and China. 2002. Disponível em: <<https://www.worldwildlife.org/ecoregions/im0148>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

